«Portugal dos Pequenitos»: uma obra ideológico-social de um professor de Coimbra

Autor(es): Paulo, Heloísa Helena de Jesus

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: <http://hdl.handle.net/10316.2/42890>

DOI: https://doi.org/10.14195/2183-8925_12_14

Accessed : 26-Apr-2023 13:45:47

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 12

UNIVERSIDADE

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1990

«PORTUGAL DOS PEQUENITOS» — UMA OBRA IDEOLÓGICO-SOCIAL DE UM PROFESSOR DE COIMBRA

1. *Acerca de um homem e sua época*

«Não discutamos se é bem se é mal. É a verdade dos factos e perante ela temos de nos curvar e de lhe obedecer. O número é força e hoje nas relações entre os povos, há força, não há direitos». In Bissaya-Barreto, *Uma obra social*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1970, vol. I, p. 349. (Discurso proferido quando da inauguração da estátua de D. Afonso Henriques no «Portugal dos Pequenitos»).

Fernando Bissaya Barreto Rosa nasceu em 1886, em Castanheira de Pera. Portugal é um país em crise. A monarquia mal consegue se sustentar ante as instabilidades econômicas e sociais.

Em 1907, a Universidade de Coimbra sofre o abalo de um movimento estudantil que reivindica métodos mais atuantes de ensino e engloba simpatizantes republicanos. Entre estes, o jovem estudante de medicina Bissaya Barreto.

Com o advento da República abre-se um período de debates sobre a situação da sociedade portuguesa. O estado de miséria de uma parcela da população e o aumento constante da emigração levantam questões de ordem social e econômica. O temor de uma possível ebulição revolucionária ou da falta de mão de obra permeia a maioria dos discursos.

Em Coimbra, a *Gazeta de Coimbra*, apresenta uma série de editoriais, entre Janeiro e Abril de 1912, chamando a atenção para o aumento da renda das casas, o estado inadequado de muitas delas, o crescimento da tuberculose, do alcoolismo e do analfabetismo.

* Universidade Federal de Ouro Preto (Minas Gerais).

** Este trabalho se insere no âmbito das preocupações que permeiam minha tese de doutoramento sobre o tema «Portugal e os Portugueses; o salazarismo, ideologia e cultura popular (1930/1960)», orientada pelo Prof. Dr. Reis Torgal, a quem este artigo deve as sugestões que lhe deram corpo e conteúdo.

Em meio a uma população de 75% de analfabetos, onde as condições de higiene e a fome agravam o quadro das doenças e epidemias, a mendicidade cresce nos meios urbanos, a instituição de uma assistência médica e educacional são as formas apresentadas para a solução dos problemas sociais em Portugal.

Os debates que se seguem na Assembleia Constituinte reflectem este posicionamento. A criação de um Fundo Nacional de Assistência, propondo um controlo dos indigentes e mendigos; a instauração do ensino primário obrigatório; a implementação de escolas técnicas, são facetas múltiplas de uma mesma linha de resoluções. Trata-se de controlar e oferecer meios de sobrevivência para uma população pobre e inculta.

O então deputado do Partido Evolucionista, eleito por Figueira da Foz, Bissaya Barreto, acompanha de perto as colocações que se referem às questões de saúde e educação. Propõe a criação de um Hospital em sua terra natal, participa das Comissões de Saúde e Assistência e da Comissão de Instrução Pública.

As agitações políticas e a guerra agravam o quadro de instabilidade social já existente. Aos problemas antigos, junta-se o da peste, revivendo a velha trilogia medieval.

O final da grande guerra e os anos 20 são portadores de agitações políticas e sociais, reflexos de uma profunda desestruturação económica.

Neste período, os «homens bons» ⁽¹⁾ das diversas regiões do país, de Trás-os-Montes às Beiras, fazem do regionalismo uma via de expressão para descontentamentos e reivindicações. Promovendo Congressos Regionais e propondo até mesmo formas radicais de ação ⁽²⁾, estes regionalistas procuram, no seu próprio dizer «promover e intensificar o desenvolvimento das riquezas e valores regionais, discutir os problemas máximos da vida económica, administrativa e social» ⁽³⁾ de suas regiões.

No caso das Beiras, temos a realização de uma série de Congressos que se iniciam em Viseu, em 1921 e prosseguem pelos anos 30 e 40.

Nos primeiros Congressos, anos 20 e 30, as reivindicações apresentadas se referem às construções de estradas, proteção das chama-

(1) Esta expressão é comum no discurso dos regionalistas, sobretudo, nas suas publicações periódicas como é o caso do *Boletim da Casa das Beiras*, editado a partir de 1935.

(2) Como, por exemplo, a tese defendida por Manuel Pires no IV.º Congresso Beirão, realizado em Castelo Branco onde afirma que «a acção regional só é possível organizando-se à margem dos partidos» ou «constituindo-se francamente em partido autónomo e propondo-se concorrer com os outros à disputa dos poderes do Estado».

(Jaime Lopes Dias (org.) IV.º Congresso e Exposição Regional das Beiras, Castelo Branco, 1929).

(3) Art.º 2 do III Congresso Regional das Beiras citado por Francisco Ferreira Neves. O III.º Congresso Regional das Beiras, Aveiro, 1928.

das «indústrias domésticas» e de produção agrícola local, construções de escolas e hospitais, enfim, formas de assistência técnica e social à população da região e, sobretudo, a valorização desta enquanto elemento cultural.

Neste sentido, o Estado Novo, aparece, para muitos, como o agente providencial que surge para solucionar as problemáticas levantadas pelos regionalistas.

O discurso estadonovista tem nas temáticas do regionalismo e da assistência social dois grandes eixos da sua argumentação. As iniciativas do Secretariado de Propaganda Nacional, e depois do Secretariado Nacional de Informação (4), por um lado, e a legislação da chamada «política social», por outro, completam o quadro idealizado de um Portugal de aldeias brancas e trabalhadores sorridentes que cantam canções folclóricas nas lides diárias (5).

O interesse paternalista do Estado realizando o que se denomina de «profilaxia da miséria» (6), evitando a «profissão de desemprego» (7), buscando criar uma obra de Assistência «só comparável à da Rainha Leonor» (8), responde, em parte, aos reclames contra o aumento da mendicidade (9) ou a falta de assistência nos meios rurais.

A retomada de algumas medidas introduzidas pela República, como a das «Casas Econômicas», cercadas, agora, por toda a ação de um eficaz aparelho de propaganda, são as «provas» das diretrizes mais ativas propostas pelo regime. Nunca a argumentação, pelo exemplo, pela apresentação de modelos tinha sido usada com tanta força em Portugal.

A própria imagem de austeridade de Salazar, a organização ou reestruturação de órgãos de assistência médica destinados às mães, crianças e doentes, sobretudo, aos tuberculosos, a implantação das Casas do Povo, as campanhas de «auxílio aos pobres», apresentam sempre

(4) Algumas propostas apresentadas no IV.º Congresso Beirão, por exemplo, relativas ao uso do cinema e do rádio como elementos de propaganda e, até mesmo a reabilitação da indústria caseira, e das famosas colchas de Castelo Branco, podem ser identificadas na ação do SNI.

(5) Ver, entre outros, o título de uma publicação do SNI: *Portugal. Terra onde se canta e ri, reza e trabalha*, s.d.

(6) Fernando Correia da Silva, «Assistência Social», in *Portugal, oito séculos de História ao serviço da valorização do Homem e da aproximação dos povos*, Lisboa, 1958, p. 218.

(7) *Idem*.

(8) *Ibidem*, p. 239.

(9) O Decreto Lei n.º 30.389, de 20/4/1940, que cria albergues distritais e estabelece normas de repressão policial aos mendigos é uma proposta bem própria do regime, e encarada, por vezes, como insuficiente. Neste sentido, temos as propostas do VII Congresso Beirão de Setembro de 1940, apregoando um alargamento desta ação e, até mesmo, «uma intensa propaganda contra a esmola» (*Boletim da Casa das Beiras*, Junho 1941, n.º 21 e 22, p. 18).

um discurso dicotômico. O passado é o da miséria, do abandono, da falta de esclarecimento, da pobreza crônica, enquanto, o presente, a realidade do Estado Novo, ainda que não consiga eliminar de todo a pobreza, é o tempo do Estado Assistencial, do auxílio, do ensinamento e da valorização dos ideais esquecidos, entre eles, o da vida rural e o do regionalismo.

Nas Beiras, região do Primeiro-Ministro e da «aldeia mais portuguesa de Portugal», Monsanto, vamos encontrar uma série de simpatizantes das diretrizes apresentadas pelo regime, sobretudo, no que tange a sua ação tutelar no âmbito do social. Um destes, é o Professor Cate-drático da Faculdade de Medicina, Bissaya Barreto.

Sua «adesão» ao regime, no entanto, assim como de alguns outros regionalistas, não é incondicional. Pelo contrário, parece existir uma espécie de «diálogo» entre ambos, esboçado, no mais das vezes, nos próprios Congressos Beirões, acompanhado, por outro lado, de uma certa «complacência» por parte do Estado quanto as reivindicações colocadas. O pedido, por exemplo, de medidas de assistência para determinadas áreas das Beiras onde as condições «aproximam muitas famílias dessas regiões do crepúsculo estabular em que ainda vivem raras tribus primitivas» ⁽¹⁰⁾ não se coaduna muito com a imagem oficial da aldeia.

A idéia de um povo rude, sem instrução, sem poder de decisão, constante ameaça populacional à tranquilidade da elite, parece ser um dos maiores vínculos entre os que «dialogam». O problema da degeneração racial e da perda dos valores da Pátria, ou seja, das próprias tradições regionalistas completam o quadro.

Afinal é preciso salvar a Raça e, mais ainda, as crianças a quem «os pais não tem maneira fácil de as vigiar, de as guiar e as atiram para a rua, onde vivem em promiscuidade com cães e as galinhas, onde se viciam fisicamente, onde se degradam moralmente, adquirindo tantas vezes doenças que perduram, vícios que jamais se apagam e que estigmatizam todo o resto de sua existência» ⁽¹¹⁾. O Estado Novo já criara a Mocidade Portuguesa com este mesmo intuito, de garantir a perpetuação da Raça e dos valores nacionais.

Não há como negar as imagens do dia a dia. Elas, porém, dão margem a diversas interpretações. Uma delas é a da assistência social e educacional como forma de resolução para as questões sociais. Para tal, é preciso haver hospitais com atendimento gratuito, infantários e campanhas de saúde. O Professor Bissaya Barreto encabeça uma longa lista de direções, realizações e comissões encarregadas destas obras

⁽¹⁰⁾ *Boletim da Casa das Beiras*, Junho 1941, n.º 21 e 22, p. 19.

⁽¹¹⁾ Bissaya-Barreto, «Inauguração da Casa da Criança Rainha Santa Isabel», *ob. cit.*, p. 211.

num período que vai de 1930, notadamente com o jornal *A Saúde*, até os fins dos anos 60.

Junto com a Junta da Província da Beira Litoral, ou encabeçando sozinho os empreendimentos, o Professor realiza em Coimbra a prática da legislação de assistência do regime. Constrói um «Bairro Econômico» no Loreto, dispensários, hospitais, escolas, como a Escola Normal Social ou a Escola Profissional de Agricultura de Semide, preventórios e colônias de férias. Retirando a lei do papel, onde fica resstrita a maioria das vezes, Bissaya Barreto consegue caminhar lado a lado com o Estado Novo, sem contudo, guardar um estado de submissão a este. Tal é o caso da suspensão da publicação *A Saúde* ante a imposição da censura. Sua recusa em submeter um jornal de propaganda de medidas sanitárias à «censores que sobre problemas de Higiene e Assistência eram integralmente analfabetos»⁽¹²⁾, demonstra o sentido de «autonomia» guardado pelo professor.

Ainda nesta publicação, temos amostras da sua atenção especial às crianças. A partir do número 28, de Fevereiro de 1932, aparece uma separata intitulada «A Saudinha» destinada ao público infantil com histórias educativas como «Memórias de um Bacilo», que conta a trajetória de um bacilo da tuberculose até a sua morte em meio a desinfetantes.

O Professor, que se tornou catedrático aos vinte e oito anos, possuindo a fama de exigente e austero entre seus alunos, demonstra, contudo, ser dotado de um profundo senso pedagógico no que tange ao público infantil. A maior demonstração deste, é, sem dúvida, a elaboração de um espaço como o «Portugal dos Pequenitos».

A idéia da educação como forma de solucionar os problemas sociais existentes, leva à construção de uma miniatura do que seria um país ideal, fruto de um regime ideal, de momentos históricos e específicos.

O objectivo é de «pôr as nossas crianças em contacto com o Portugal inteiro, num Mundo de realidades onde tudo é verdadeiro, quisemos que elas aprendessem a conhecer e a amar a nossa Terra; quisemos pôr-lhes diante motivos nossos, que eduquem a sua sensibilidade, apurem o seu gosto, fortifiquem a sua inteligência»⁽¹³⁾.

Os cuidados com a saúde dos «pequenitos», com a Raça Portuguesa, é complementado com a atenção aos valores da Pátria, expresso no regionalismo que marca as pequenas casas, e uma visão da História, que se encontra presente nos monumentos, nos marcos da entrada ou nos pavilhões das colônias.

«Portugal dos Pequenitos», como o seu criador, Bissaya Barreto, são frutos de uma época que exalta um dado universo de valores. Pos-

(12) Bissaya Barreto, *ob. cit.*, p. 82.

(13) *Idem*, p. 214.

suem, porém, um significado, tanto a obra como o autor, que extrapola o período e marcam a história de Coimbra.

2. «Portugal dos Pequenitos», o espaço e a interpretação de um tempo

«Há que ver nesta obra o seu sentido português. Não é apenas pelos nomes e datas de alguns Monumentos — pois também há ali monumentos aos grandes — que os habitantes do Parque Infantil aprenderão a venerar valores portugueses. É pelo contacto com as linhas e aspectos portugueses que o portuguesismo deles se radicará». Thomas Colaço citado por Bissaya Barreto. *Ob. cit.*, p. 214 (Discurso de Inauguração da Casa da Criança «Rainha Sta. Isabel»).

No dia 1 de Julho de 1940, uma «Carta Aberta» ao Dr. Bissaya Barreto, publicada no *Diário de Coimbra*, reclama dos transtornos provocados pelas obras empreendidas ao Rossio, em Santa Clara, ocasionando o deslocamento da «Feira dos 23» que ali, anteriormente, se realizava.

Na outra semana, no dia 7, um Programa das Festas da Rainha Santa e da Cidade, convida a todos à inauguração da «Casa da Criança Rainha Sta. Isabel» e do «Portugal dos Pequenitos», no dia 12 do mesmo mês.

Neste dia, com a «assistência das autoridades Eclesiásticas, Civis e Militares» são inauguradas as obras com a «distribuição de géneros alimentícios a 500 pobres e de vestuário a 500 crianças desvalidas, nas Juntas de Freguesia» (14).

«Onde antes era um chavascal e abrigo de ciganos, feira de cabras e suínos» (15), abre-se um espaço ordenado, «um Portugal Novo, feito para crianças, onde os adultos, tem muito a aprender» (16).

Para este aprendizado tem-se um exemplar modelo da mais avançada pedagogia para a época. O testemunho de especialistas em educação não estão presentes, somente, para propagandear folhetos sobre o local (17).

Em termos arquitetónicos, sua elaboração foi entregue a um dos maiores nomes do período, Cassiano Branco, autor de várias obras e projectos, ligado ao movimento modernista. Apontado como um dos arquitetos mais renitentes às atrações e oportunidades oferecidas pelo regime (18), Cassiano Branco realça no «Portugal dos Pequenitos» a

(14) *Diário de Coimbra*, 12 de Julho de 1940, p. 1.

(15) Costa Lima. «Portugal dos Pequenitos» in Bissaya-Barreto, *ob. cit.*, p. 218.

(16) Antônio Montes. «O que é o Portugal dos Pequenitos» (palestra realizada em 29 de Novembro de 1939 pela Emissora Nacional), in Bissaya-Barreto, *ob. cit.*, p. 338.

(17) Tanto naqueles que foram editados pela Junta da Província da Beira Litoral nos anos 40, como os que, actualmente, são vendidos à entrada do Parque, os testemunhos de médicos e educadores são uma constante.

(18) Ver sobre Cassiano Branco, *Arte Portuguesa-Anos Quarenta*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 1, 1982; na mesma obra o artigo de Nuno Portas.

trajectória proposta por Raul Lino em *A Nossa Casa*, de 1919, e *A Casa Portuguesa*, de 1929. A idéia de uma «casa verdadeiramente nossa, reflexo da nossa alma, moldura da vida que nos é destinada» (19), encontra aí sua total expressão.

Em 1940, quando de sua inauguração, «Portugal dos Pequenitos» abrangia somente a área das Casas Regionais, não havendo ainda, a de Coimbra, do final dos anos 40, nem o chamado Portugal Monumental, nem o Pavilhão das Colônias. Nossa atenção se prenderá mais a este primeiro núcleo.

Nesta parte, ou melhor, neste espaço, temos a casa sendo apresentada não como uma simples morada, mas, como a expressão de um valor regional, manifestação da própria nacionalidade, como analisaremos a seguir.

O seu morador é qualificado regionalmente, e lhe é atribuída toda uma série de valores que irão delinear o seu outro lado, o da sua nacionalidade. É a elaboração de uma noção de «ser português» que se delineia nesta composição do espaço.

Para esta última caracterização, temos determinadas ideias-chaves que convém analisar por partes, ainda que, esta divisão seja meramente metodológica e não real. A casa uma delas, denominaremos um universo, e, uma vez juntas, poderemos ter a noção da imagem do que é Portugal e do que é ser português nos anos 40, no Portugal dos Pequenitos.

O primeiro a ser analisado é o Universo do Trabalho. Cada morador das diversas casas é, por princípio, um trabalhador. Sua moradia, por vezes, enuncia sua profissão, assim como espelha sua condição social.

De Nazaré, temos a presença dos pescadores. Na porta da casa os azulejos anunciam as atividades do morador, um peixe e uma ancora se encontram ali retratados. Um trecho de *Os pescadores*, de Raul Brandão, as imagens de N. Sra da Encarnação, N. Sra. de Nazaré e S. Fua, completam o cenário. A rua é inteiramente sua, Rua dos Pescadores, como não poderia deixar de ser. A imagem do mar, tão valorizada na visão de História no período, presente de início a antiga estrada do Parque, continua presente, aqui, e na reprodução do Farol e nas salinas de Aveiro.

A figura do Pastor, é mencionada num azulejo situado próximo a Casa de Trás-os-Montes, ela própria portadora da loja para a guarda

«Arquitectura e urbanística na década de 40», e ainda Teotónio Nuno Pereira e José Manuel Fernandes, «A arquitectura do Estado Novo, de 1926 a 1959», in *O Estado Novo: das origens ao fim da autocracia. 1926/1959*, Lisboa, Fragmentos, vol. II, pp. 323-357.

(19) Raul Lino, *Casas Portuguesas. Alguns Apontamentos sobre o architectar das Casas Simples*, 2.^a ed., Lisboa, Ed. Valentim de Carvalho, 1933, p. 19.

dos animais. Nele se tem as estrofes de «A Canção do pastor», de José Monteiro, onde se louva a «vida mais sadia» do pastor que diz: «levo a vida cantando». A imagem é bucólica e o trabalho é, mais uma vez, fonte de satisfação.

A idéia do trabalho como parte integrante do cotidiano do Portugal dos Pequenitos, encontra-se, ainda, na Casa do Ferrador, no moinho, que domina a paisagem, na mina de carvão (20), no Lagar do Azeite, na Quintinha dos Animais, na Casa do Forno, na Casa da Venda e nos azulejos de algumas das outras casas e do parque infantil.

Na Casa da Província do Minho um destes assinala que «O trabalho é o pae da felicidade», e que «Deus dá sempre a quem trabalha», enquanto na Casa do Alentejo, Eça de Queirós adverte que «Não há profissão mais absorvente que a ociosidade».

Há uma associação do progresso ao trabalho e do fracasso a falta deste. Na Casa da Venda, dois azulejos assinalam o fato (21). A pobreza é condenável como fruto da preguiça, no entanto, aquela não é tomada como elemento negativo, pelo contrário. Na Casa do Forno, um dizer adverte que o «pão negro», o «pão de centeio», «é escuro, mas, põe as almas às claras». E no parque, a fábula da «Cigarra e da Formiga», de João de Deus, assinala a triste recompensa para quem leva o «estio a cantar» e tem que levar «o inverno a dançar».

O trabalho como valor marca a visão do campo, do mar, do meio urbano. Há, contudo, uma outra face do trabalho e que se encontra de forma explícita na presença dos solares, como o da Beira-Alta, do Minho, do Douro e o de Lisboa. Este outro lado, o dos senhores do trabalho, é mostrado pela «casa rica» que, assim, faz contraste (nunca oposição, pois ambas convivem um mesmo espaço) com a «casa pobre» (22).

Existe, porém, um elemento que permeia este espaço, que une todas estas habitações; é o da religiosidade. Dado importante para a própria definição que se oferece no período para a lusitanidade, a religião é o elo que iguala o pescador de Nazaré, com a N. Sra. do local à porta, ao habitante do Solar do Minho, que «confia a defesa da propriedade aos bons ofícios de S. Bento da Porta Aberta» (23).

(20) Salazar teria afirmado ao visitar a mina que «Nunca tinha visto uma mina e fiquei sabendo perfeitamente como é». Tal facto é citado por Rocha Jr., *Portugal dos Pequenitos*, Coimbra, Junta da Província da Beira Litoral, s.d., p. 16 (tal livreto é a reprodução de um artigo do *Diário de Notícias* de 10 de Outubro de 1939).

(21) «Quem quer progredir os seus negócios trata deles, quem quer que eles progridam encarrega dele os outros»; e «A preguiça caminha tão devagar que depressa é alcançada pela pobreza».

(22) Numa publicação mais atual da própria Fundação Bissaya-Barreto (*Portugal dos Pequenitos*, s. 1, 1966), tais solares são denominados como habitações da «burguesia abastada», ou ainda, da «fidalguia».

(23) Rocha Jr., *ob. cit.*, p. 12.

A religiosidade não acompanha, necessariamente, a leitura regional do espaço. Como elemento unificador e eminentemente nacional ela se sobrepõe a ele. Por vezes, temos a evocação local, como a N. Sra. da Nazaré na casa da região homónima. Na maioria dos casos, porém, os Santos, mesmo quando possuem cultos regionais «oficializados», são apresentados como elementos nacionais. Daí termos Santa Isabel, mais lusa porque foi rainha, localizada num oratório, e uma profusão de outros santos nos azulejos das casas ou consagrados na Capela, no Convento (Santa Clara), além de elementos do culto popular, como o Cruzeiro e as Alminhas, onde se pede «luz, gozo e descanso eterno» para as almas do Purgatório, completando um cenário de devoção onde «até parece passar a aldeã, de capucha parda, de estaménha, de socos de bico revirado e amieira no braço, rezando silenciosamente» (24).

Marco da História de Portugal, pois na fundação da nacionalidade se tem a defesa da fé cristã, e presença constante no cotidiano, no «sino, coração da aldeia» ou nos monumentos de Portugal, a religiosidade é uma marca típica do lusitanismo. Da mesma forma, a moral cristã é um traço apontado como forma de boa conduta. Os vícios e as virtudes, neste sentido, são elementos que completam o quadro da religiosidade. Assim sendo, é Deus que dá a recompensa ao trabalhador, que, por sua vez tem no «caminho da Taberna», o «caminho do Hospital», e que deve, acima de tudo, pensar nos benefícios da caridade (25).

Uma série de outros valores encontram-se situados de forma a comporem e complementarem estes dois outros universos e que, assim, oferecem uma imagem de cotidiano ideal de então. Além de trabalhar e rezar, se convive num determinado espaço social. Para a criança, em especial, a família e os amigos. A primeira, o ponto nevrálgico na estruturação de uma determinada idéia do social que vigora no período.

A família pode se constituir um elemento positivo ou negativo, dependendo da sua forma de agir e ver o social. Para o realizador do Portugal dos Pequenitos, em relação às famílias pobres, ela não satisfaz os requisitos básicos para a educação das crianças, daí a necessidade de se «corrigir a insuficiência da educação que os pais lhe dão» (26). Da mesma forma, é necessário se educar a família, basicamente, as mães. Um dos azulejos afirma que «Não há crianças mais crianças do que as mães». A necessidade de proteção se estende, pois, a estes dois

(24) Costa Lima, *ob. cit.*, p. 222.

(25) É sobre o tema que trata o poema «A Escada da Vida», de Eugênio de Castro, reproduzido num dos azulejos junto a Praça dos Brinquedos.

(26) Bissaya-Barreto, *ob. cit.*, p. 210.

seres, que como os doentes mentais ou crônicos, precisam de assistência (27).

A mãe é, também, a imagem que mais aparece vinculada a noção de Pátria. De igual forma, é ela, fora a presença dos monumentos e dos demais pavimentos, aquela que transmite, veicula a idéia de patriotismo. É uma mãe que fala ao seu filho sobre a Pátria, num poema de Antônio Correia de Oliveira, gravado num azulejo, ao lado de um outro no qual a Mãe é o tema e a Pátria a lição, do mesmo autor. É à mãe que o filho pede uma espada quando diz ouvir «da pátria a voz», num trecho citado de Júlio Dinis.

E, por fim, resta analisar quem é esta Pátria da qual se ouve a voz, se louva a história e se busca a defesa. Esta é o foco de um outro universo, o dos valores da Pátria, definidor conclusivo do ideal de lusitanismo.

Em primeiro lugar, o espaço. É preciso definir espacialmente aquilo que se denomina de Pátria, e neste caso, ela é sinônimo de Portugal, e este, é aquilo que se apresenta aos olhos de quem está dentro de Portugal dos Pequenitos.

É o espaço regional, traduzido pelas casas do núcleo do Portugal Metropolitano e o espaço das colônias, retratado nos Pavilhões das Colônias.

Concretamente, Portugal está configurado nas suas Províncias «d'aquém e d'além mar». Neste sentido, ele é a «aldeia», onde existe as casas pobres, o ferrador, o moinho, o pastor, a mina de carvão, as cantigas populares, que falam dos amores dos aldeões (28), a pequena Igreja, o Cruzeiro e as Alminhas. Ele é o Algarve (29), Nazaré, Trás-os-Montes, as Beiras, Coimbra. Cada ponto, cada região figura da nas casas, nos marcos e nos dizeres dos azulejos (30).

Portugal é, de igual forma, o Império Colonial, todo o espaço «d'além mar» conquistado. Ele é as Ilhas, Macau, Guiné, Angola, Goa, Timor, Moçambique, e, até mesmo, o Brasil, sua primeira extensão no além mar (31).

(27) O papel da mulher, apesar da necessidade de protecção, ou ainda vinculada a esta, é consequentemente realçado no ideário do regime. Ver: Maria Belo, Ana Alão e Iolanda Cabral, «O Estado Novo e as mulheres», in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia*. 1926/1959, Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. II, pp. 263-279.

(28) Tema recorrente na poesia popular e, constantemente explorado nas publicações do regime e muito em voga entre os autores da época. No Portugal dos Pequenitos encontramos quadras populares e as que são «tornadas» populares como as de Camões e Gil Vicente.

(29) Assinalado pelo poema «Meu Algarve», de João Luís.

(30) Um deles afirma, citando Ramalho Ortigão, que «Nada há no mundo mais saborosamente aprazível para um coração lusitano do que viajar, simples, modesta, obscuramente em Portugal...»

(31) As «colônias» são vistas como uma continuidade territorial, tem-se a idéia da conquista, não a da dominação. É realçada a noção de convívio entre os nativos

Em segundo lugar, temos que considerar o outro espaço que delimita o ideal de Pátria, ou seja, o espaço histórico. Este se encontra figurado no Portugal Monumental, que retrata os principais monumentos históricos do país, nas lápides da entrada do parque, no resumo dos descobrimentos e dos processos de colonização, espalhados nos Pavilhões das Colónias e na exaltação à fundação da nacionalidade, figurada por D. Afonso Henriques e em outros «marcos» que se encontram no Portugal Metropolitano.

Portugal é, portanto, o ontem e o hoje.

O ontem da Reconquista, do passado medieval, representado pelo Castelo que se localiza ao alto marcando todo o Portugal dos Pequenitos, dos grandes descobrimentos.

O hoje, a visão oferecida do momento presente. A aldeia, o regionalismo, a religiosidade, o trabalho, a família, e a série de virtudes que se encontram assinaladas nos azulejos da pequena cidade. Portugal é o próprio regime, homenageado com uma Avenida, e, através de Carmona e Salazar, duas praças (32). É a realização mesma do Portugal dos Pequenitos, para qual se tem uma atribuída participação (33). É a exaltação presente da ideia de Salazar «A vontade de obedecer, única escola para aprender a mandar», que marca a arcada da Casa de Évora.

No entanto, Portugal dos Pequenitos carrega consigo a ideia do amanhã. A Pátria é projetada para o futuro como encargo a ser definido pelos, então, habitantes do local. Na verdade, é através delas que esta ideia de Pátria se perpetuará e que se terá, enfim, o ideal modelo do «ser português».

Um português que defenderá os valores regionais, o ideal da aldeia branca, do trabalho, da pobreza honesta, da religiosidade profunda, do culto aos vultos históricos, «do exército de ovelhas comandado por um leão» (34).

«Portugueses que mantenham as faculdades activas da Raça» (35), «uma multidão de homens válidos, robustos e vigorosos, verdadeiros descendentes do de antanho» (36), prontos para que «quando amanhã a Pátria reclamar os serviços dos seus filhos», «defender a sua integridade e a sua honra e soberania» (37).

e os portugueses. No caso do Brasil, a imagem do «filho» adulto acompanha o quadro do paternalismo que marca o ideal de colonização do regime.

(32) Atualmente não conservam tais denominações, sendo as Praças Centrais do Portugal Metropolitano.

(33) Bissaya-Barreto afirma que na sua obra, assim como o trabalho da Junta da Beira Litoral objectiva «compreender e interpretar o espírito do Estado Novo» (Bissaya-Barreto, *ob. cit.*, p. 215).

(34) Citação de Damião de Góis, num azulejo da Casa da Província da Beira Baixa.

(35) Bissaya-Barreto, *ob. cit.*, p. 215.

(36) *Idem.*

(37) *Ibidem.*

3. Olhares sobrepostos: Bissaya Barreto, o Estado Novo e o «Portugal dos Pequenitos»

«Nenhuma Educação pode ser boa, se não for eminentemente nacional».

(Visconde de Almeida Garrett, citado num dos azulejos).

Bissaya Barreto é um homem de seu tempo, marcado pela afirmação de um ideal de nacionalismo, vinculado aos valores regionalistas, pela implementação da medicina social, com um destaque especial para a questão da assistência e previdência médica, pela implantação de Estados Autoritários, que se apresentam como a saída para os principais problemas de então, e pela valorização da criança, da infância, na qual tais regimes depositam a esperança da sua continuidade.

«Portugal dos Pequenitos» é um dos frutos de um projecto de assistência médica e social que abrange Coimbra e as regiões circunvizinhas. É a imagem de Portugal que carrega os valores que marcam uma determinada noção de «portuguesismo» e de cidadania. Poderíamos afirmar, neste sentido, que é uma escola para a formação de cidadãos forjados na ótica nacionalista do Estado Novo. É um fruto de sua época.

Espaço didático, como já foi assinalado, trabalha com o apelo visual, do mais simples ao mais complexo. O primeiro, destinado aqueles que não tem acesso a leitura, nem a complexidade de uma determinada visão da História, pode ser delimitado ao espaço regional das pequenas habitações e construções do núcleo mais antigo, o chamado Portugal Metropolitano. Neste, porém, já encontramos a introdução de um outro elemento, o da leitura, que sofisticava a imagem ideal do habitante local, extrapolando o âmbito da «vida aldeã», indo ao encontro de outros valores. Muitos destes últimos, correntes no diálogo cotidiano de muitas aldeias, adquirem um outro sentido, uma vez aliados a uma outra série de idéias mais «elaboradas». Daí a valorização do «pão negro, pão duro», a vinculação do trabalho à noção de felicidade, a valorização do simples sinónimo do «popular», do bom gosto ⁽³⁸⁾.

Num estágio mais adiantado de aprendizagem temos o trabalho com a História, com o Monumental de Portugal. Desde a «Anta», o «Dolmen» dos antigos habitantes da Província, passando pela reconquista, pela imagem de D. Afonso Henriques, da qual se pede as crianças para fixarem a imagem ⁽³⁹⁾, pela sina dos descobridores, assinaladas no

(38) Lembrar a Campanha do Bom Gosto promovida pela revista *Panorama*, editada pelo Secretariado de Propaganda, que visa «premiar» montras, restaurantes, hospedarias, etc... que demonstrem ter esta noção de «bom gosto».

(39) Uma placa no monumento adverte «Fixem as crianças este nome, esta figura, e esta ideia».

portal e exaltadas nas demais áreas mais recentes de Portugal dos Pequenitos, a História e a dos grandes vultos que a fazem, e a de um povo, actor coadjuvante, que, cumprindo o seu destino, segue os heróis, obedece-os, e compartilha, assim, de sua glória. O objetivo é a Pátria, esta entidade construída à base de apelos territoriais e históricos, possuidora de virtudes morais que se sobrepõem a imagem dos homens. Estes, por sua vez, donos de uma cidadania passiva, servem a esta Nação, e por servir, ganham o status de cidadão, espelhados na imagem do morador idealizado deste «Portugal».

A educação, ao criar estes novos cidadãos, reabilita o país dos seus males. É do «país futuro» que falam os textos de época, das possibilidades daqueles «pequenitos» no Portugal de amanhã. É da obra educacional do presente, das oportunidades dos «pequeninos habitantes deste pequenino Mundo: — que, além de encontrarem nos seus pavilhões e moradias o pão e o mimo dos seus abastados, sendo pobres, usufruem a felicidade de entrar nas ciências e nas artes da vida a rir e a cantar, não a chorar e a gemer, como os infantes do meu tempo» (40). A questão do tempo, comum ao discurso estadonovinista e já falada anteriormente, torna a aparecer. O ontem, de trevas, o hoje, de realizações, e o amanhã, de frutos.

Temáticas de uma época, o regionalismo, como fonte do «nacionalismo» (41); a educação como instrumento semeador do social; o Estado Autoritário e Assistencial, estão presentes na obra de Bissaya Barreto. Estes temas, porém, podem oferecer outras leituras, portadoras de outros ângulos de análise, ou mesmo, de crítica, veiculadas à ótica de um outro tempo.

Há, atualmente, um projecto para a construção de uma «Europa dos Pequenitos» (42) prova de que uma mesma obra, um mesmo objecto, pode ser visto de vários ângulos. A nossa análise, portanto, não se destina a esgotar o assunto, e sim, a provocá-lo.

(40) Souza Costa, «O novo mundo dos pequenitos», in Bissaya-Barreto, *ob. cit.*, p. 347.

(41) Uma visão interessante sobre a questão nos é dada por Luís Chaves, *A Arte popular, aspectos do problema*, Porto, Ed. Portucalense, 1943. O autor afirma a não existência da «casa portuguesa», e outros valores apregoados no período, apresentando uma ideia de sobreposição do regional ao nacional, como se ambos pudessem ser olhados como sinónimos. Esta «leitura» do regionalismo coincide com a apresentada no Portugal dos Pequenitos.

(42) Ver *Revista da Fundação Bissaya-Barreto*, Coimbra, Dez. 1988, vol. 3, n.º 6, p. 49.

A «CASA PORTUGUESA», DE CADA UMA DAS REGIÕES DO PAÍS, CONSTITUI UM DOS ASPECTOS DA MENSAGEM DO PORTUGAL DOS PEQUENITOS.

«Portugal dos Pequenitos»

CADA MORADOR DAS DIVERSAS CASAS É, POR PRINCÍPIO,
UM TRABALHADOR.

OS COMPONENTES DO CULTO POPULAR EVOCAM UMA
RELIGIOSIDADE UNIFICADORA E NACIONALISTA.

DUAS NOÇÕES E UM SÓ APELO: MÃE-PÁTRIA.

BRASIL, A GRANDE E MAIS IMPORTANTE EXTENSÃO DO
PORTUGAL DE ALÉM-MAR.

D. AFONSO HENRIQUES: PORTUGAL É O ONTEM HISTÓRICO, O HOJE DO ESTADO NOVO E O AMANHÃ DOS «PEQUENITOS DE PORTUGAL»